

# Integração Decolonial no Ensino de Química

## Integración Decolonial en la Enseñanza de Química

Leilane Maria de Oliveira Valentim<sup>1</sup> , Adriana de Alencar Gomes Pinheiro<sup>2</sup> ,  
Francisca Laudeci Martins Souza<sup>3</sup> 

1. Mestranda em Educação  
Universidade Regional do Cariri (URCA)  
E-mail: leilane.valentim@prof.ce.gov.br

2. Doutora em Psicologia (UNIFOR)  
Universidade Regional do Cariri – Mestrado  
Profissional em Educação (URCA) / Centro  
Universitário Paraíso do Ceará (UNIFAP)  
E-mail: adrianaagp.psi@gmail.com

3. Doutora em Educação (UERJ)  
Universidade Regional do Cariri – Mestrado  
Profissional em Educação (URCA)  
E-mail: laudeci.martins@urca.br

### Artigo de Revisão

**Resumo:** A colonização assola o povo brasileiro até hoje. Mesmo que a subalternização tenha chegado ao fim, a colonização controla a sociedade através da cultura social, política, econômica e educacional. Nesse sentido, as instituições brasileiras democráticas obedecem a este sistema colonial, isso nos faz refletir sobre a responsabilidade das instituições de ensino em serem oprimidas desta maneira, assim como a matriz curricular da disciplina de Química. Na qual pode ser inserida os saberes populares para enriquecimento da mesma e contribuição com os grupos marginalizados, já que trata de uma disciplina que tem grande colaboração com a formação crítica cidadã. Dessa forma a decolonialidade foi inserida no contexto educacional logrando o currículo de Química como possível currículo decolonial. Logo, o objetivo deste texto é desenvolver uma reflexão acerca das possibilidades do currículo de química decolonial de forma participativa e inovador, promovendo uma prática pedagógica inclusiva a partir das vivências dos grupos marginalizados e esquecido pela sociedade brasileira. Sendo que, para ensinar química há necessidade de enfrentar grandes desafios. Um deles é abolir o ensino tradicional e oportunizar novas metodologias de ensino e com elas um novo currículo de química decolonial. Destacando as contribuições de Paulo Freire, considerado um dos grandes defensores da construção de uma educação decolonial, com o foco no diálogo como principal ferramenta educativa, opondo-se à educação do tipo bancária, seu pensamento concorda com a ruptura das estruturas coloniais e eurocêntricas presentes na educação.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Educação. Ensino de Química.

**Abstract:** La colonización azota al pueblo brasileño hasta el día de hoy. Aunque la subalternización ha llegado a su fin, la colonización controla la sociedad a través de la cultura social, política, económica y educativa. En este sentido, las instituciones democráticas brasileñas obedecen a este sistema colonial, lo que nos hace reflexionar sobre la responsabilidad de las instituciones educativas por ser oprimidas de esa manera, y con ello la disciplina de la Química. Se entendió la colonialidad como la decolonialidad inserta en el

contexto educativo, logrando el currículum de Química como un posible currículum descolonial. Por lo tanto, el objetivo de este texto es desarrollar una reflexión sobre las posibilidades del currículum de química descolonial de manera participativa e innovadora, promoviendo una práctica pedagógica inclusiva basada en las experiencias de grupos marginados y olvidados por la sociedad brasileña. Por tanto, para enseñar química es necesario afrontar grandes retos. Uno de ellos es abolir la enseñanza tradicional y dotar de nuevas metodologías de enseñanza y con ellas un nuevo currículum de química decolonial. Destacando los aportes de Paulo Freire, considerado uno de los grandes defensores de la construcción de una educación decolonial, con enfoque en el diálogo como principal herramienta educativa, oponiéndose a la educación de tipo bancario, su pensamiento coincide con la ruptura de las estructuras coloniales y eurocéntricas presentes. En educación.

**Keywords:** Descolonialidad. Educación. Enseñanza de química.

## Introdução

O Ensino de Química, vem ao longo dos anos enfrentando muitas dificuldades para conquistar o interesse dos alunos. Generalizaram como uma disciplina cansativa e desinteressante e que na maioria das vezes, os alunos se tornam resistentes ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, na educação em química não trata apenas de como os educandos veem a química, mas, também das estratégias pedagógicas estão sendo adotados pelos professores para garantir uma aprendizagem de qualidade. Sabemos que o desafio vai além da implantação de práticas mais dinâmicas. Surgem conseqüentemente a necessidade de enfrentar o ensino tradicional, que permeia as estruturas coloniais (período histórico em que todos os territórios eram geridos por colonizadores), exige uma reflexão mais profunda acerca dos currículos de Química através da educação decolonial e sua integração em sala de aula.

Ao refletir acerca do currículum de química decolonial, não trata apenas de uma proposta decolonial, mas que possa oferecer aos professores abordar conteúdo, não apenas de forma inovadora, mas, essencialmente desconstruir paradigmas coloniais no sistema educacional.

Perante essa realidade, este diálogo tem o objetivo de explorar a expandir a complexidade do Ensino de Química, destacando desafios, propostas e possibilidades de mudanças e necessidade de abordagens decoloniais para promover uma educação mais inclusiva, mais alinhada a diversidade cultural, de gênero e étnica de nossa sociedade. Enfim, é extremamente necessário repensar o ensino de Química não apenas como um questionamento pedagógico, mas também como um ato de desconstrução e reconstrução das narrativas, com perspectivas de oportunizar uma educação que respeite e valorize a multiplicidade de saberes no contexto educacional.

### **A decolonialidade no contexto educacional**

A colonização, foi um período histórico em que o sistema político, social e econômico era controlado por potências estrangeiras, em regiões geográficas, explorandoos recursos naturais e estatuindo sua cultura, sua estrutura política, econômica e seu sistema educacional, na maioria das vezes, culminando na exploração e desigualdade dospovos, de acordo com as análises de Costa (2006) e Ferreira (2014) ressaltam a grande influência do colonialismo, sobre todos os aspectos. Sendo que esse período, designou o termo “colonial”.

“A colonialidade é construtiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p.75). Logo, correspondem ao mesmo grupo. Na visão de Quijano (2005) o colonialismo e colonialidade tem conceitos relacionados, mas diferentes, pois o colonialismo trata de um padrão e dominação em que:

O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2005, p. 93).

Nessa perspectiva, a colonialidade, como um todo, se manifesta de forma histórica, em que a autoridade ocorre de maneira a eliminar diversas formas de existir no mundo. A organização colonial se estende ao excluir possibilidades, deixando os subalternizados sem escolha a não ser se subordinar a opressão.

As estruturas organizacionais do colonialismo, prendem o sujeito enquanto oprimido, de forma que seu reconhecimento enquanto agente transformador se dê de maneira revolucionária, considerando que a colonização tenha chegado ao fim, ela se enraizou ao longo dos séculos na humanidade, no meio social, político, econômico, cultural, educacional, entre outros, de forma que as condições dos grupos marginalizados hoje, são resquícios das raízes coloniais.

Mignolo (2005) caracteriza o processo que leva ao fim do colonialismo como a descolonização, em outras palavras, a libertação nacional na Ásia e África, todavia a descolonidade não suprimiu a opressão colonial.

Originando-se desse contexto, surge a colonialidade, uma expressão que foi designada por um grupo de intelectuais latino-americanos, entre eles Aníbal Quijano, que fazem parte do coletivo denominado Modernidade/Colonialidade (M/C), definido por Ballestrin (2013):

Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Defende a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (2013, p.13).

Nesse sentido, a colonialidade, se manifesta em diversas dimensões, incluindo a economia, a política, a cultura e o conhecimento nos tempos modernos, refletindo diretamente na escola. A colonialidade atravessa em todas as categorias existentes e evidentes no eurocentrismo.

O termo Decolonial surge como uma crítica ao colonialismo, ou seja, como uma proposta para encarar a colonialidade e o pensamento moderno, especialmente, através dos estudos do grupo Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD) que compreende os teóricos Aníbal Quijano (2005), Catherine Walsh, Edgard Lander (2005), Edgar Lander, Enrique Dussel (2000), Nelson Maldado-Torres (2017) e Walter Mignolo (2005).

Nesse contexto diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado “terceiro mundo”, a partir da metade do século XX. Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo – especialmente nos continentes asiáticos e africano (BALLESTRIN, 2013). Logo, se refere a um conjunto de abordagens teóricas que surgiram no final dos anos 1970, iniciando nos anos 1980. Essas abordagens exploram as “situações de opressão” resultante da dominação de uma raça sobre a outra, em decurso aos processos históricos vividos no século passado conforme Cesaire (1978).

No entanto a decolonialidade é uma teoria na qual é considerada um caminho para resistir e desconstruir os padrões, conceitos e concepções aos povos marginalizados, oprimidos durante todo esse período. No entanto, é reputado a libertação dos povos no âmbito social, político, econômico, cultural e educacional, como também aos movimentos sociais, como por exemplo, o feminismo, movimento negro, ecológico, LGBTQIA+, entre outros. Nessa ótica, a decolonialidade significa, entre outras coisas aprender a

desaprender (Mignolo,2005).

Integrando a educação, a decolonialidade se mostra como uma possibilidade transformadora que afronte as tendências educacionais disciplinares e bancárias que semeiam desigualdades e limitam a autonomia docente, quebrando os paradigmas, desmanchando os pensamentos coloniais que persistem nos sistemas de ensino, os currículos e especialmente as práticas pedagógicas.

Nessa integração educacional, Paulo Freire é um dos precursores da Decolonialidade como metodologias transformadoras. Logo, a educação decolonial é um projeto que aborda vários aspectos, como políticos, sociais, epistêmicos e éticos, ressaltando a necessidade de reconhecer os conhecimentos da classe marginalizada adotando saberes e desafiando as restritas relações impostas pela estrutura colonial. Sendo que o projeto pedagógico de Freire é desenvolver a cognição dos oprimidos e a problematização de temas não questionados taxados como naturais: “a análise crítica de uma dimensão significativa existencial possibilita aos indivíduos uma nova postura, também crítica, em face das situações limitantes” (FREIRE, 2005, p, 112).

Essa percepção está de acordo com o contexto brasileiro, quando:

Do ponto de vista do colonizador, é óbvio, os colonizados não tinham história antes de sua chegada à terra dos colonizados. Neste sentido, os colonizados deveriam agradecer aos colonizadores o fato de eles terem posto os colonizados na história. Da mesma forma, os colonizados não tinham cultura, antes da chegada dos colonizadores. A língua dos colonizados sempre foi camada de dialeto, e dialeto feio e pobre. Só a língua do colonizador é uma língua que tem possibilidades históricas, que tem flexibilidade para expressar a ciência, a técnica e as artes. A arte do colonizado é folclore, a arte do colonizador é cultura (Freire, 2003, p. 43-44).

Nessa linha de pensamento, a desvalorização e a inferiorização do sistema eurocêntrico era uma cultura desumanizada. Em 1969, Paulo Freire pública sua obra “Extensão ou Comissão” na qual critica a palavra extensão e de forma indireta questiona a colonialidade do saber, oferecendo elementos essenciais para realizar uma articulação entre práticas pedagógicas e decolonial, levando a refletir como essa nova proposta venha engrandecer o currículo do conhecimento, oportunizando outras experiências e destacando o diálogo como uma ferramenta excepcional na concepção de Freire. Em outras palavras, a finalidade da educação libertadora é sobrelevar uma realidade constante, àquela que possa ser construída pelos homens e suscetível a transformação.

A educação decolonial é uma transformação desafiadora, pois só será considerada legítima quando a comunicação, o diálogo for a mantra de toda a sociedade. Podemos tomar como exemplo as propostas pedagógicas aplicadas e desenvolvidas no seio dos movimentos sociais, como as comunidades Quilombolas, os sem-terra, os indígenas, os grupos de reisados, as benzedoiras e os movimentos de gênero que demonstram resistência e devem ser lembrados e universalizados nos currículos escolares, já que existem diversos movimentos sociais que se levantam, se empenham na construção de uma sociedade justa e embasada na solidariedade e no diálogo.

Em que concerne à sala de aula, é possível enfatizar o medo de muitos educadores em contrariarem o sistema de ensino vigente, colonizador, bancário, que lhes foi apresentado como única possibilidade de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de um conteúdo ou eixo temático. É indiscutível que, como profissionais, tenhamos a liberdade de expressar nossas angústias e inquietações ao abordar temas como educação decolonial

e ensino multicultural. Estes termos só começam a fazer sentido quando questionamos e rompemos com o padrão tradicional de sala de aula, que persiste quase inalterado ao longo de séculos de ensino básico. É somente ao desafiar essa concepção, que podemos verdadeiramente explorar e implementar práticas mais inclusivas e condizentes com a diversidade cultural e educacional que caracteriza a sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, o artigo intitulado “Paulo Freire e a Revolução Política do Pensamento Decolonial”, de Giroux e Figueiredo (2021):

O desafio está em desmistificar e desconstruir formas de privilégio que beneficiam a masculinidade, a brancura e a propriedade, bem como aquelas condições que impedem a circulação de outras falas nos lugares onde apenas os privilegiados, em virtude do legado do poder colonial, assumem a autoridade e as condições para a agência humana. Mais importante, educadores e trabalhadores culturais devem estar empenhados em “desaprender o próprio privilégio”. O discurso decolonial reescreve a relação entre a margem e o centro, desconstruindo ideologias colonialistas e imperialistas que estruturam as práticas sociais, o conhecimento e seu registro segundo parâmetros ocidentais (Giroux e Figueiredo, 2021 - p. 15).

Nesse sentido, podemos fazer uma reflexão sobre porquê os professores não aplicam práticas pedagógicas decoloniais em sala de aula. Logo, percebemos que colaboram para que as práticas decoloniais ainda permaneçam na quietude dos seus planos de aula, entretanto, o desconhecimento dos docentes da área de educação sobre essa temática que está ganhando espaço dia após dia, logicamente essa ignorância pode estar atrelada a condição de que todos que fazem a comunidade escolar estejam postos dentro de uma sociedade que é realçada pelas práticas coloniais, que denominamos de cultura hegemônica.

Diante disso, é de grande importância a abordagem decolonial na educação, com a finalidade de quebrar paradigmas de opressão e subalternidade para que assim seja possível desconstruir o sistema colonial



e reconstruir em consonância com a decolonialidade.

Segundo Oliveira (2016),

Tem-se na educação uma perspectiva de pensamento e ação decolonial a um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade capitalista. Ou seja, trata-se de transcender a colonialidade, que permanece tão ativa ainda nos dias atuais, possibilitando a construção de pedagogias diferentes da hegemônica e trazendo para o processo de ensino o olhar e contribuições dos sujeitos subalternizados pela colonialidade (Oliveira, 2016, p.35).

Nessa conjuntura, as pedagogias decoloniais como, importantes na transformação da sociedade, como também contribuir para a descolonização e a criação de uma nova humanidade, pois são abordagens educacionais que coloca as estruturas de poder em questionamento, buscando promover uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize diferentes conhecimentos. Dessa forma,

As pedagogias que traçam caminhos para ler o mundo e intervir na reinvenção da sociedade, como apontou Freire, mas pedagogias que ao mesmo tempo alimentam a desordem absoluta da descolonização ao providenciar uma Nova humanidade, como apontou Frantz Fanon. As pedagogias pensadas desta forma não são externas às realidades, subjetividades e histórias vividas dos povos e das pessoas, mas parte integrante de seus combates e perseveranças ou persistências, de suas lutas de conscientização, afirmação e desalienação, e de suas lutas - ante a negação de sua humanidade - de ser e tornar-se humano. É nesse sentido e diante dessas condições e possibilidades vividas que proponho a articulação entre o pedagógico e o decolonial (Walsh, 2013, p. 31).

A partir dessa conjuntura em que as pedagogias decoloniais se desenvolvem em novas teorias críticas, que buscam por transformações na educação que proporcionem as experiências subalternas caminharem em conjunto com a teoria, a prática, o pedagógico, o pensamento e a ação. Na concepção de Paulo Freire (2005) o diálogo é um dos pilares da pedagogia e do ser humano, pois possibilita que um pensamento alternativo seja construído a partir da resistência dos grupos marginalizados.

Considerando o contexto educacional, observamos a presença da colonialidade através da predominância do eurocentrismo e da subvalorização dos conhecimentos provenientes de comunidades tradicionais como os povos indígenas e africanos, bem como os povos das comunidades locais. Vale, portanto, ressaltar que além da discriminação racial e da marginalização de saberes, existe a estratificação de gênero, resultando na inferiorização das mulheres.

Dessa forma quando há uma abordagem didática sob a ótica decolonial, a mesma deve desempenhar um papel muito importante ao instruir os grupos raciais e subalternos. Com isso há possibilidades de uma educação mais significativa, considerando e valorizando as leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatória a inclusão das culturas indígenas e afro-brasileiras nos currículos.

É importante destacar que a educação decolonial é elencada de forma participativa, com uma abordagem dialética que reconheça os alunos como sujeito ativo de sua própria história. As práticas decoloniais são diversas por assumirem uma ótica pedagógica não hegemônica, centrada na construção de conhecimento por grupos historicamente marginalizados. Isso inclui povos, etnias e comunidades que foram negligenciados em termos de direitos civis e tiveram suas histórias e epistemes apagadas. O papel dos educadores é crucial, pois eles devem estar atentos a essas narrativas que foram silenciadas por séculos, tanto nos livros didáticos quanto nas salas de aula.

### **Ensino de Química no âmbito decolonial**

Atrair a atenção dos discentes pelo currículo de química é uma responsabilidade muito difícil para o professor. Essa disciplina é nomeada,

não apenas pelos estudantes, mas também por demais profissionais como uma disciplina marcante em sua trajetória escolar. Sendo que, sabemos que uma das grandes objeções do ensino de química é a desmistificação que a química é uma disciplina chata aumentando assim o desinteresse dos alunos pelo conhecimento que é possível adquirir com as aprendizagens em química.

Segundo Gonçalves e Galeazzi (2004) para melhorar o processo de ensino e aprendizagem em química, propôs como alternativa aumentar as atividades práticas em laboratórios, mas infelizmente, na maioria das escolas não tem laboratório e quando os tem, não há materiais disponíveis para desenvolver essas atividades, ficando o professor, muitas vezes sem condições de desenvolver determinados processos químicos.

Dessa forma, com a pretensão de desenvolver um trabalho de crítica sob efeitos a educação em Química, para vislumbrar mudanças. Com o intuito de utilizar o conhecimento produzido no campo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), propõe ao professor contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresenta-los, representa-los e torná-los significativos com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas. A contextualização no ensino de química pode ser associada a qualquer temática, desde que ele faça relação entre os conhecimentos prévios do aluno com o saber científico. Então, porque não ensinar química com as janelas e portas abertas para o mundo, promovendo uma relação entre diversas situações reais, sem ter a obrigação necessariamente de seguir um currículo padronizado, mas sim um currículo que enriqueça o aluno com vivências, vivências essas que podem ser associadas aos conhecimentos e aprendizagens de vida.

Com esse cenário indica que para ensinar química há necessidade de enfrentar grandes desafios, como especialmente, abolir o ensino tradicional e oportunizar novas metodologias de ensino e com elas um novo currículo de química decolonial. Nesses aspectos, a Educação de forma geral, ainda é um campo que foi utilizada para disseminar as culturas dos colonizadores (FREIRE, 2011) e é dela que deve erguer-se o processo de descolonização.

É importante promover mudanças de pensamentos na Educação em Química, assim como na conjuntura de seu currículo, e dessa forma a necessidade de iniciar transformações nas estruturas educacionais. Segundo Gadotti (1995), a escola desempenha um papel crucial no fortalecimento de organizações contra hegemônicas, sendo o local onde ocorre a luta política na sociedade civil, dentro do contexto capitalista. Além disso Arroyo (2013) argumenta que o currículo é um campo de disputa em que os professores buscam autonomia e a adoção de novas abordagens profissionais que muitas vezes entram em conflito com as orientações curriculares, sendo que tais orientações curriculares perpetuam o sistema colonial, evidenciando a resistência à mudança e a inovação no sistema educacional, voltado para o neoliberalismo que cada vez ganha mais espaço no mundo atual.

Segundo Arroyo (2013), são necessárias iniciativas que promovam a:

Abertura dos currículos de educação básica para concepções de conhecimentos menos fechada e mais abertas à dúvida e às indagações que vêm do real, das vivências que os próprios educandos e educadores carregam, além de fazer das salas de aula, de laboratórios e de diálogos entre conhecimentos (ARROYO, 2013, p. 37).

Na perspectiva da LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática Afro-Brasileira. Com essa lei concede direito aos negros de serem reconhecidos com cultura nacional com isso o resgate das contribuições dos negros para a sociedade brasileira e do combate ao racismo e discriminação que perpetuam na sociedade que atravessam a escola.

Apresentar químicos negros e aprofundar saberes africanos e quilombolas são algumas possibilidades no ensino de química decolonial. É importante reafirmar que o currículo com combate ao racismo pode ser construído em cada disciplina com as classes marginalizadas. Para a disciplina de química pode ser aplicada uma educação decolonial em química ao apresentar químicos negros e aprofundar saberes africanos, quilombolas, indígenas como possibilidades no ensino de química de acordo com as leis 10.639/03 e 11.645/08 que assegura a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na rede de ensino, possibilitando as outras classes marginalizadas. No entanto, a pesquisa curricular foi elencada da seguinte forma:

**Tabela 1** – Abordagem do currículo atual de forma decolonial

<b>CONTEÚDOS</b>	
<b><i>Eixo Temático</i></b>	<b><i>Étnico - raciais e demais grupos marginalizados</i></b>
Química Geral (Sociedade e Ambiente)	O ferro e o ferreiro.
Química Geral (Sais e Óxidos)	Cerâmicas
Química Geral (Misturas)	O mundo é feito de misturas
Funções Orgânicas (Álcool)	História da Cachaça
Química orgânica (Biomoléculas e Polímeros)	Bioquímica Afro;
Química orgânica	Química dos chás; Química dos solos.
Físico-Química (Soluções)	Cor x Gênero

**FONTE:** Elaborado pela autora, 2024.

É necessário destacar que foi apenas uma pequena representação e/ou proposta estruturada a partir do currículo estabelecida pela BNCC (BRASIL,2004), para que a educação considere que não é mais viável um currículo com contradições entre o currículo vigente e o currículo descolonizador. Mesmo ciente que ainda seja visível a resistência do sistema e também dos docentes não trata desses currículos desconstruídos, como por exemplo, de forma mais popular, o afro-racial. Nós educadores temos a obrigação de buscar um olhar mais sensível às questões que dialogam com a “decolonialidade do saber, e do ser”, de acordo com Fanon (1961).

A sugestão de possibilidades de um currículo decolonial, como exemplificação, sejam levados em consideração para que possamos atribuir e desenvolver novas práticas pedagógicas no ensino de química, no âmbito decolonial nas salas de aula. Ainda assim não há um modelo padrão para uma aula decolonial, sendo que a proposta ainda não é muito relevante no estudo das ciências da natureza, e nesse sentido, está sendo estudado, construído uma literatura própria que possa auxiliar aos demais profissionais dessas áreas para que se sintam mais seguros e possam utilizar a nova pedagogia em transformação na sociedade.

Mediante a apresentação de vários argumentos, podemos inferir que o Ensino de Química através de seu currículo preserva a educação colonial vigente no Brasil, mas vale destacar que esses currículos podem ser combatidos e explorados pela decolonialidade.

Assim, que esse trabalho possa, através de uma reflexão, contribuir para uma ação docente capaz de caminhar na direção de uma sala de aula diferente, mais humana, inclusiva e decolonial.

## Considerações Finais

A colonização marcou um período em que potências estrangeiras detinham o controle social, político, econômico e educacional em todo o território, impondo suas cultura e estrutura educacional. Esse domínio resultou em explorações e desigualdades de raça e gênero que perpetuam até hoje na sociedade, impactando diretamente na educação.

Em seguida surge a Decolonialidade como uma resposta crítica ao colonialismo, focando no período pós-colonização, com perspectivas desconstruir o colonialismo eurocêntrico. No contexto educacional, a decolonialidade desafia práticas disciplinares e bancárias, oportunizando uma abordagem transformadora que quebra paradigmas, desmancha pensamentos coloniais e valoriza os saberes das classes marginalizadas. Paulo Freire é considerado um dos precursores nessa abordagem, promovendo uma educação libertadora que reconhece e desafia as estruturas coloniais.

Em vista disso, a aplicação das práticas pedagógicas na sala de aula enfrenta grandes desafios, pois a educação colonial é um projeto desafiador que busca transformar a sociedade.

Diante disso, o ensinar química, atrair a atenção dos alunos está cada vez mais desafiador, levando em consideração o que eles já carregam consigo o conceito que química é difícil. Muitas práticas pedagógicas, de diferentes tipos, são orientadas com o intuito de melhor desenvolver o processo de ensino-aprendizagem mesmo sabendo que o cenário atual indica a necessidade de enfrentar novos desafios significativos com a superação do ensino tradicional e a introdução de metodologias mais inovadoras e inclusivas. Sendo assim, a proposta de um currículo de Química Decolonial se apresenta com uma proposta e/ou sugestão com uma alternativa,

reconhecendo a educação de como vem sendo utilizada para perpetuar as culturas colonizadoras (Freire, 2011).

Portanto, as mudanças de pensamento e de estrutura do currículo de Química são relevantes para iniciar uma transformação no sistema educacional. A escola, segundo Gadotti (1995), desempenha um papel essencial no fortalecimento de organizações contra hegemônicas. Arroyo (2013) argumenta que o currículo é um campo de disputa, onde os professores buscam autonomia em meio as orientações curriculares (BNCC).

E importante destacar as Leis 10639/03 e 11.645/08 para reconhecer a importância dos negros e indígenas na e para a sociedade, como também estendendo aos demais grupos marginalizados, para que assim possam ampliar seu combate inserindo a temática nos currículos escolares.

Diante dessa reflexão, fica evidente que o ensino de Química, através de seu currículo, tem condições de combater e explorar por meio da decolonialidade uma educação mais participativa, igualitária e inclusiva alinhada a diversidade que constitui a sociedade.

## Referências

ALVES, C. T. da S. **Decolonialidade e conteúdos cordiais no ensino de química**: Buscando possibilidades para o estabelecimento da relação entre o Ensino de Ciências e a Educação em Direitos Humanos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências, Recife, 2021.

ARAÚJO, Igor Lúcio Louchard. **Perspectiva Decolonial no Ensino de Química**: contribuições para a formação docente. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2003. 70 f.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.



BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto, p. 89-117, 2013.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, de janeiro de 2003

BRASIL. **Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Diário Oficial da União, março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018

CÉSIAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo, Veneta, 2020. 136p.

CHASSOT, A. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 1961. 275 p.v. 42.

FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. (Organização e participação de Ana Maria Araújo Freire). 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GIROUX, H. A.; FIGUEIREDO, G. DE O. Paulo Freire e a revolução política do pensamento decolonial. **Ensino, Saude e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 01-21, 14 dez. 2021.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, v.1, n. 1, p. 12-32, 2017

MOTA NETO, João C. **Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. 2015. 371 p. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Pará, Belém.

NUNES, A. S.; Adormi, D.S. O ensino de química nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio do município de Itapetinga-BA: O olhar dos alunos. **In: Encontro Dialógico Transdisciplinar** - Enditrans, 2010, Vitória da Conquista, BA. -Educação e conhecimento científico, 2010.

OLIVEIRA, Luiz F. O. **O que é uma educação decolonial**. Nuevamérica, v. 149, p. 35-39, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n. 17, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **CONSEJO Latino-americano de Ciências Sociales**. Buenos Aires: CLACSO, Conejo Latino-americano de Ciências Sociales, 2005. cap. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 117-142.

SAVIANI, Dermeval. Teorias Pedagógicas Contra hegemônicas no Brasil. **Revista do Centro de Educação e Letras**. Vol. 10. Nº2 – pp.11-28, 2008

VERRANGIA, D. **A educação das relações Étnico-Raciais no ensino de Ciências**: diálogos possíveis entre Brasil e EUA. 2009. 322 p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

WALSH, Catherine. 2013. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (Org.) **Pedagogías de coloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir, Tomo I. 1. ed. Quito: Abya Yala, p. 23-68, 2013.

**Conflito de interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

---

**Contribuição dos autores**

Concepção e conceitualização: LMOV, AAGP, FLMS

Redação do manuscrito original: LMOV

Curadoria de dados: LMOV, AAGP, FLMS

Análise de dados: LMOV, AAGP, FLMS

Redação textual: LMOV, AAGP, FLMS

Supervisão: FLMS

---

**Financiamento**

Não houve financiamento.

---

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

---

**Aprovação, ética e consentimento**

Não se aplica.

---